

Senado
**PDS mantém
 bloqueio das
 Comissões de
 Inquérito**

O GLOBO

26 MAI 1981

BRASÍLIA (O GLOBO) — Pela terceira semana consecutiva não haverá reuniões das comissões parlamentares de inquérito do Senado, em face da tática do PDS de ausentar-se das sessões enquanto persistir, por parte do PMDB e do PP, a obstrução da Ordem do Dia.

Embora estejam previstas reuniões de duas CPIs, dificilmente elas serão realizadas, uma vez que as oposições continuaram obstruindo as votações em plenário, o que leva o PDS a persistir na tática de boicote, conforme informou o senador José Lins (CE), vice-líder do Governo.

Para a manhã de hoje estava marcado o depoimento do embaixador Miguel Osório de Almeida perante a CPI mista sobre o crescimento populacional brasileiro. Ele foi o chefe da delegação brasileira que participou, em 1974, em Bucareste, de uma reunião da ONU sobre população.

O jurista Dalmo de Abreu Dallari, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, é o depoente previsto para a sessão de amanhã da CPI mista que apura a ação terrorista, mas igualmente não deverá prestar seu depoimento, tendo em vista o boicote do PDS. Ele deveria falar da sua prisão pelo Dops paulista um mês antes do atentado e da agressão física que sofreu.

SEM QUORUM

O Senado não pôde votar ontem a Ordem do Dia, mais uma vez por falta de quorum. Logo após a constatação da impossibilidade de votação, senadores oposicionistas criticaram a ausência da bancada do Governo, considerando "lastimável que o PDS só possa trabalhar uma vez por semana, como anunciou, dias atrás, o vice-líder pedessista José Lins (CE).

Em resposta, o próprio José Lins afirmou que o PDS conseguirá votar a Ordem do Dia mesmo sem a boa vontade da oposição. Ele acusou os partidos oposicionistas de não quererem votar projeto algum e de serem insinceros em suas posições. Lembrou, por outro lado, que o PDS tem dificuldades para reunir toda a sua bancada em plenário devido aos problemas de saúde de alguns dos seus membros.

Por sua vez, Itamar Franco (PMDB-MG) afirmou que as felicitações do presidente Figueiredo à bancada do PDS no Senado pelo fim da obstrução não se justificam, pois apenas um dos 25 itens da Ordem do Dia foi votado na semana passada.

Ontem, mais dois itens foram incluídos na pauta, um deles solicitando autorização para empréstimo externo de trinta milhões de dólares para financiamento do complexo industrial-portuário da Suape, em Pernambuco.

Affonso Camargo (PP-PR) afirmou ontem que a obstrução realizada pelas oposições no Senado continuará até que o Governo, oficialmente, comunique as suas intenções no que se refere à legislação eleitoral. Depois de ter sido aprovado, em princípio de abril, requerimento no sentido de se votar, em regime de urgência, o projeto Humberto Lucena (PMDB-PB), sobre coligação partidária, em troca do apoio oposicionista a alguns empréstimos para governos estaduais e prefeituras municipais, o PDS gastou 45 dias tentando colocar em plenário pelo menos 33 dos seus 36 senadores, o que somente conseguiu quinta-feira.

A obstrução das oposições como meio de pressionar o Governo a definir a legislação eleitoral é feita no Senado, segundo explicou Camargo, por duas razões principais: o Governo tem interesse em aprovar os empréstimos, pois recebe pressões constantes dos prefeitos e governadores; e não pode utilizar-se do mecanismo de decurso de prazo para aprovar tais empréstimos, sendo necessário escolher um dos dois caminhos: entrar em acordo com a Oposição ou garantir, isoladamente, o quorum mínimo necessário à votação dos empréstimos e demais itens da Ordem do Dia.